

Conselho arquiva denúncias contra MPE

Ana Cláudia Leocádio

Da Sucursal

Brasília, Distrito Federal

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) julgou improcedentes ontem e arquivou duas representações por inércia e excesso de prazo, oferecidas contra o MPE do Amazonas, uma apresentada pelo deputado estadual Luiz Castro (PPS) e outra pela promotora de Justiça Kátia Maria Araújo Oliveira.

A representação de Luiz Castro alegava morosidade do MPE em prestar informações sobre o andamento de uma re-

clamação, feita em novembro de 2007, contra o aumento do preço das tarifas das balsas que fazem a travessia do Rio Negro, de Manaus para Cacau Pirêra.

Ele também denunciou a falta de informações sobre outra representação, de outubro de 2009, sobre o uso abusivo, por parte do Estado, de placas com a frase: "Onde tem obras, tem o governo do Amazonas". Castro alegou falta de plantões no MPE e de um planejamento estratégico integrado do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

O relator do processo, Bruno Dantas, elogiou a iniciativa

de Luiz Castro, mas não identificou irregularidade que justificasse uma intervenção do CNMP no Amazonas.

Em relação às placas, o MPE ajuizou na 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, ação civil pública, em janeiro deste ano, matéria que chegou a ter liminar parcial da juíza Etelvina Braga, determinando a retirada das placas nas ruas, mas foi suspensa em agosto deste ano. As demais reclamações já são objeto de expedientes publicados pelo MPE.

A promotora Kátia Maria, titular da 47ª Promotoria de Justiça de Fundações e Mas-

sas Falidas, foi ao CNMP reclamar de inércia da Procuradoria Geral de Justiça do Amazonas em responder aos questionamentos sobre possíveis irregularidades no patrocínio do 2º Congresso do Ministério Público, custeado com dinheiro de fundações de direito privado (Muraki, Fucapi e Fundação Bradesco), investigadas por ela. Para a promotora, o patrocínio ameaça a independência dos agentes do MPE.

Bruno Dantas considerou que a promotora procurou o CNMP depois que a Corregedoria Geral do MPE abriu um procedimento contra ela.